

BIBLIOTECAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PORTUGAL (1930-1970)

Maria João Mogarro
Universidade de Lisboa
Escola Superior de Educação de Portalegre

RESUMO

Neste trabalho analisa-se a composição dos acervos de bibliotecas pedagógicas, constituídas para uso de docentes e alunos das escolas de formação de professores, avaliando-se a extensão e significado que a presença de autores brasileiros e de traduções publicadas no Brasil assumem no contexto destas bibliotecas. Deste modo, ampliamos o universo de um estudo anterior e damos continuidade a uma linha de investigação que se insere na problemática da produção, circulação e apropriação de modelos culturais, tendo como referência teórica a proposta da História Cultural que, na linha de Chartier, considera os livros e demais materiais impressos como objectos culturais, na dupla perspectiva da sua materialidade e da função de dispositivos que asseguram a difusão dos saberes pedagógicos.

A análise incide fundamentalmente sobre uma biblioteca oficial, criada pelo Estado Novo no início dos anos trinta – a Biblioteca Museu do Ensino Primário. Instalada na escola de formação de professores de Lisboa, foi dirigida nos primeiros anos por um dos mais representativos pedagogos da Educação Nova, Adolfo Lima, colocando-se algumas questões de partida: Até que ponto o pensamento do seu primeiro director influenciou a composição desta biblioteca? Como se articularam, no seu fundo, os saberes pedagógicos próprios da Educação Nova com as obras oficiais do regime sobre questões educativas? Que outros modelos pedagógicos estiveram representados no acervo? Materialmente, que documentos (livros e outros) veicularam estes diferentes saberes? Como está representada a produção brasileira (autores, traduções, editoras) nesta biblioteca e que significado assume a sua presença? Que papel desempenhou esta produção na formação dos professores portugueses?

O estudo do acervo desta biblioteca, completado com o conhecimento relativo à composição de outras bibliotecas de escolas de formação de professores, permite-nos: 1) contribuir para o estabelecimento de uma cartografia dos circuitos internacionais em que se difundiram modelos pedagógicos e culturais; 2) neste contexto, definir a posição de Portugal nos períodos cronológicos considerados; 3) compreender a importância da circulação internacional de obras brasileiras e o papel que estas desempenharam na formação de professores, em Portugal; 4) inscrever a maioria das obras brasileiras existentes no nosso país na corrente católica da Educação Nova, portadora de uma leitura adaptável ao regime político vigente.

Esta comunicação decorre da pesquisa que realizamos no âmbito de um projecto mais amplo, intitulado *A História da escola em Portugal e no Brasil: produção, circulação e apropriação de modelos culturais*, ao abrigo do convénio CAPES/GRICES. É um projecto de cooperação internacional, que integra uma equipa de investigadores portugueses e brasileiros das Universidades de Lisboa e de S. Paulo, sob a coordenação dos Professores Joaquim Pintassilgo (equipa portuguesa) e Marta Chagas de Carvalho (equipa brasileira).

TRABALHO COMPLETO

1. O percurso de uma investigação

As questões apresentadas no prólogo remetem-nos para o contexto político e educativo e para a permanência dos princípios da Educação Nova, em Portugal. É necessário compreender como é que este ideário pedagógico continuou presente nos anos posteriores a 1930 e quais as formas que permitiram a sua circulação e difusão entre a comunidade educativa, sob um forte controle político, ideológico e moral que o Estado Novo exerceu. A década de vinte havia sido marcada por uma notável geração de pedagogos da Educação Nova (em que se integrava Adolfo Lima), cujo pensamento ilustrava a corrente progressista e renovadora deste movimento. O início dos anos trinta foi marcado pela vitória dos pedagogos nacionalistas sobre os pedagogos renovadores; aqueles conquistam, primeiro, para o seu campo, a representação portuguesa do movimento internacional escolanovista e, seguidamente, deixaram diluir este movimento no conjunto da pedagogia nacionalista.

Na época de trinta, afirmava-se uma pedagogia conservadora, nacionalista e católica: a escola era “a sagrada oficina das almas”, a autoridade do professor e a ordem social não se punham em causa, os valores e a moral católicas impregnavam todos os contextos escolares e a componente técnica do ensino era fortemente afirmada, num sentido disciplinar (Nóvoa, 1987; Mogarro, 2001, pp. 634-645). As ideias oficiais eram difundidas de forma repetitiva, sistemática e monolítica no Portugal de Salazar.

No entanto, os princípios da Educação Nova continuam presentes nos discursos educativos e importa reflectir sobre as formas como este movimento pedagógico, que se afirmara sob o signo da renovação, conviveu com um regime autoritário.

Nos mesmos discursos, encontramos a presença dos valores oficiais do regime, articulados em torno dos dois eixos de referência: o nacionalismo e o catolicismo. Os textos estão também marcados pela necessidade de cumprir os programas, pela problemática da disciplina, pela importância da ideia de império colonial. Mas estas questões são colocadas num segundo plano e dominadas por uma apropriação que os autores fazem dos princípios da Educação Nova, declarando explicitamente a sua adesão a esse modelo pedagógico (Mogarro, 2001, pp. 674-719; 2003a; 2004). Demonstra-se, assim, que estes princípios não estão apenas presentes nas obras dos opositores ao regime (e por ele perseguidos), que constituíam núcleos restritos e de influência reduzida. Não se pode hoje considerar que, no campo da educação nacional, tenha havido um mero vazio pedagógico de quatro décadas, até porque os autores situados neste campo também se reclamaram da Educação Nova e da Escola Activa, articulando os princípios escolanovistas com os valores ideológicos do regime.

Neste sentido, é fundamental esclarecer as modalidades de apropriação que os professores desenvolveram e que lhes permitiu integrar este modelo nos seus discursos profissionais, através de um processo de (re)interpretação dos textos formativos que contribuíram para a sua cultura profissional.

Para compreendermos como os professores / autores apresentaram, nas suas obras, as ideias de um modelo pedagógico aparentemente incompatível com a ideologia oficial do regime, o conceito de campo de produção cultural foi particularmente útil.

Este campo é atravessado por tensões de sentido variado, que se fizeram sentir sobre os seus elementos. Estes não são apenas personalidades individuais, entre as quais se estabeleceram relações de interacção e de cooperação, mas actores sociais que protagonizavam tendências (Bourdieu, 1991, 1997) e que, estrategicamente, lutavam pela conservação ou a transformação do equilíbrio de forças existente no campo de produção cultural. Este campo, tal como os professores que o constituíam, situava-se numa posição dominada e fortemente controlada, como o demonstra a análise da legislação e a censura que se exercia sobre as formas de expressão pública, na sociedade portuguesa (Mogarro, 1998, 2001). Simultaneamente, ele constituía um microcosmos sobre o qual se fazia sentir o projecto unificador de sociedade, de que o regime salazarista era portador, no plano político, simbólico e cultural, assim como na dimensão educativa.

No entanto, este campo de produção cultural tinha a sua própria estrutura interna, constituindo um universo com uma lógica própria de funcionamento e transformação, na qual se posicionavam os elementos ou grupos produtores de obras culturais, que estabeleciam entre si relações específicas, baseadas na própria situação profissional. Nesta dimensão, interna ao campo de produção cultural,

encontravam-se presentes os aspectos característicos do processo de profissionalização da actividade docente (Nóvoa, 1987, pp. 5-92). Os professores apresentam um perfil profissional comum, construído na aquisição de um corpo de conhecimentos e técnicas próprios da profissão, de saberes e saberes-fazer, a par da interiorização de um código de regras e normas éticas e deontológicas.

Os trajectos profissionais dos docentes construíram-se numa afirmação da sua competência através de uma formação específica, mas também numa relação estreita com o estado. A sua condição de funcionários públicos prolongava-se na sua qualidade de elementos de um campo de produção cultural e fazia-se sentir de forma poderosa sobre as obras que eles produziam. Em correlação estreita com esta dimensão, coloca-se (paradoxalmente?) a questão do grau de autonomia de um campo cultural (Bourdieu, 1991, p. 8), revelado pela capacidade de mediação dos seus elementos, através da produção de *leituras próprias* dos constrangimentos que lhe eram (e são) colocados por poderes e influências exteriores.

As *leituras próprias* (traduções, refrações) realizadas por estes docentes também eram feitas sobre as obras da cultura profissional que influenciavam a sua prática. Assim, torna-se importante a mobilização dos conceitos de *leitura*, *circulação* e *apropriação* de modelos pedagógicos e culturais (Chartier, 1988, 1989, 1994; Certeau, 1994; Foucault, 2002), em articulação com o conceito de campo cultural. A geração do *linguistic turn* demonstrou a pertinência dos instrumentos da nova história cultural – a linguagem e os textos passaram a ocupar um lugar central nas novas perspectivas historiográficas. Hoje, para nós, os textos e os discursos não são objectos que revelam uma realidade que se encontra oculta sob eles, mas constituem eles próprios, enquanto modos de expressão da linguagem e das estruturas mentais, sistemas de construção dessa realidade.

As actuais perspectivas da investigação histórica (Nóvoa, 1997, 1998) dão particular atenção às *comunidades* discursivas que interpretam os factos e as situações e os situam num espaço e num tempo determinados. A atenção incide, assim, na *experiência* e nas formas como esta se constitui em *práticas discursivas*, sendo o esforço de compreensão orientado para as singularidades e para os modos como elas constituem espaços de identidade individual e colectiva. Pode-se assim compreender melhor como os actores educativos, os professores, interpretaram e reinterpretaram o seu mundo e que sentidos conferiram às suas experiências, constituindo-se em *comunidades imaginadas*.

Para compreender os autores de obras pedagógicas que produziram os seus discursos a partir da sua condição de professores e formadores de professores, durante o Estado Novo, assim como para se poder apreender o significado desses mesmos textos, é necessário fazer o mapeamento das suas leituras e dos modelos culturais e pedagógicos que tiveram à sua disposição. As ideias pedagógicas, que expressaram nas suas obras, decorrem das interpretações que fizeram, isto é, das *leituras próprias* que elaboraram a partir dos dispositivos culturais (manuais, livros, revistas) que contribuíram para a sua formação e que se encontram nas bibliotecas contendo fundos pedagógicos (Mogarro, 2006). São estas bibliotecas que tornam possível, hoje, saber o que eles liam, qual a configuração da sua cultura profissional – tais bibliotecas foram lugares de formação, permanecem lugares de saber e instituíram-se em lugares de memória.

2. A Biblioteca Museu do Ensino Primário: itinerário e composição

A Biblioteca e Museu do Ensino Primário surgiu em 1933, tendo sido criada no âmbito de acção dos serviços pedagógicos da Direcção Geral do Ensino Primário do Ministério de Instrução Pública, que passaria a ter a designação de Ministério da Educação Nacional após 1936, com a acção do ministro Carneiro Pacheco. Esta nova biblioteca tinha a sua missão estabelecida legalmente, destinando-se:

“A recolher livros e outras publicações, nacionais ou estrangeiras, sobre os problemas pedagógicos e didácticos do ensino primário, para leitura ou consulta, no estabelecimento ou domiciliária, por parte dos professores oficiais daquele ensino...

A organizar colecções de material didáctico destinadas a ser sucessivamente utilizadas em estabelecimentos do ensino primário oficial [compreendendo diapositivos, discos e filmes] ...

A arquivar toda a documentação referente à história do ensino português ...

Os livros, publicações e colecções são adquiridos por compra, dentro dos recursos das dotações orçamentais, por oferta ou por trocas do Boletim do Ensino Primário Oficial.”¹

Com a sua criação, o Estado Novo afirmava pretender “promover a melhoria dos métodos pedagógicos e didácticos, com vista ao maior rendimento nacional do ensino” e “fornecer aos professores oficiais todos os estímulos e elementos que sirvam para a sua melhoria cultural e profissional”². Estava-se perante uma orientação de política educativa que reforçava a dimensão técnico-didáctica do desempenho docente, valorizando o campo da escola oficial (na dependência reforçada do Estado) e a afirmação crescente do nacionalismo e do catolicismo conservador, como valores globais de enquadramento de toda a actividade social e profissional. Face às concepções anteriores sobre bibliotecas e museus pedagógicos, que tinham marcado o pensamento renovador sobre o ensino e a formação de professores e haviam sido protagonizados pelas principais figuras da pedagogia portuguesa (como Adolfo Coelho e Adolfo Lima), o Estado Novo não estabelecia uma ruptura com o lugar que eles ocupavam numa filosofia de renovação do ensino e da educação. De facto, parecia ignorar e, implicitamente, induzir ao esquecimento essa dimensão de renovação que a Escola Activa e a Educação Nova lhes haviam atribuído (Mogarro, 2003, 2002). Em contraponto, reforçava-se a função instrumental das bibliotecas para o sistema educativo e para a formação de professores.

A Biblioteca – Museu do Ensino Primário foi instalada na Escola do Magistério Primário de Lisboa, instituição herdeira das antigas Escolas Normais da capital portuguesa, ocupando quatro grandes salas do segundo e terceiro pisos do edifício (Pinheiro, 1990). Para seu director foi nomeado, ainda nesse ano de 1933, Adolfo Lima (1874-1943), professor da mesma escola, que ocupou o cargo durante uma década e deixou o seu nome ligado ao período mais significativo desta biblioteca.

Depois dele, sucederam-se vários directores, mas perdeu-se o dinamismo daquela instituição, que entrou num período marcado pelo silêncio e pela letargia, até ao final do regime salazarista. Certamente terá servido os interesses de alunos e professores da Escola onde estava instalada, mas perdeu a dimensão inovadora que Adolfo Lima, pela capacidade de reflexão teórica e pela acção desenvolvida, lhe havia conferido.

Em 1986, o edifício da Escola do Magistério Primário de Lisboa iniciou obras de remodelação, para que nele fosse instalada a Escola Superior de Educação de Lisboa, que substituiria aquela. Por esse motivo, os fundos da Biblioteca-Museu do Ensino Primário foram transferidas para instalações do Ministério da Educação, onde ficaram armazenados. O Instituto Histórico da Educação (entretanto extinto) recuperou uma parte significativa do seu espólio, num trabalho dirigido, entre outros, por Jorge Ramos do Ó, tendo sido disponibilizados para investigação os fundos bibliográficos mais significativos daquela instituição.

Seguindo os dados actualmente disponíveis, o espólio da Biblioteca Museu do Ensino Primário teria aproximadamente 20.000 volumes, sendo composto por publicações periódicas e monografias de variadas áreas do conhecimento, com particular destaque para a pedagogia, a didáctica e a psicologia. Uma parte deste conteúdo pode ser consultada e revela o leque diversificado de obras que foram sendo incorporadas na Biblioteca Museu do Ensino Primário.

Um número significativo de obras é de edição anterior à criação da própria Biblioteca-Museu e indicia a incorporação de fundos pré-existentes. Muitos títulos, em que a língua francesa avulta, datam do século XIX e das décadas iniciais do século XX, apresentando carimbos vários, nomeadamente da Biblioteca da Escola Normal de Lisboa e, em alguns casos, do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa. A primeira situação indica a íntima relação entre os fundos da Biblioteca-Museu do Ensino Primário, que tinha uma dimensão nacional, servindo os docentes de todo o país, e a biblioteca da instituição de formação onde estava fisicamente instalada, sendo certamente frequentada pelos seus alunos e professores e confundindo-se os próprios fundos bibliográficos.

A segunda situação tem um significado diferente. O Museu Pedagógico Municipal de Lisboa, com biblioteca anexa, foi inaugurado em 1 de Julho de 1883, tendo sido organizado e dirigido por Adolfo Coelho. Foi ele que escolheu os aparelhos, livros e restante recheio do Museu. Tendo sido uma

¹ Decreto n.º 22369, de 30 de Março de 1933. *Diário do Governo*, I Série, n.º 73.

² Idem.

iniciativa da Câmara de Lisboa, o Museu Pedagógico Municipal sofreu as consequências negativas da transferência dos assuntos da instrução pública dos municípios para a tutela do Estado, em 1892. Entrava numa fase de decadência, com os materiais dispersos por escolas de Lisboa. Adolfo Lima fazia o ponto da situação:

“Em tempos, houve um museu pedagógico (...), criado e organizado pelo erudito pedagogo Dr. Adolfo Coelho. Devido aos míseros recursos de que dispunha e ao desdenhoso abandono que os poderes públicos lhe votavam, Adolfo Coelho mal pôde reunir alguns elementos. E, apesar de tudo, sempre conseguiu formar uma interessante colecção de material didáctico, onde predominavam vários tipos de carteira, etc. Com o cansaço e a doença do seu director, o museu estagnou e por fim, com a sua morte fechou. Daí em diante todo o curioso que pretendia visitá-lo obtinha invariavelmente a resposta: - ‘Está em arranjos; muito brevemente abrirá’”. (Lima, 1932, p.119)

Por volta de 1918, os materiais que restavam do Museu Pedagógico Municipal, muitos deles em mau estado de conservação, foram transferidos para o novo edifício da Escola Normal Primária de Lisboa. Em 1933, integraram certamente a Biblioteca – Museu do Ensino Primário, nomeadamente os livros que ostentam o carimbo do primeiro Museu Pedagógico português.

A importância das obras em língua francesa expressa o papel desempenhado por este idioma e pela cultura de raiz francófona no pensamento pedagógico e na formação de professores, em Portugal, desde o início do ensino normal, no século XIX. Embora com um número inferior de títulos, as obras de autores brasileiros e as traduções que as editoras brasileiras publicaram ocupam também um lugar relevante, na década de trinta e nos anos seguintes, correspondendo assim à própria dinâmica da actividade editorial brasileira e à recepção que tiveram em Portugal, como veremos mais à frente.

3. Adolfo Lima e a sua acção

Adolfo Lima foi uma das mais representativas figuras daquela que é a geração de referência da pedagogia portuguesa – a da Educação Nova. O seu pensamento e a sua acção marcaram as décadas iniciais do século passado (principalmente os anos vinte), em Portugal, conjuntamente com a actividade de António Sérgio, Álvaro Viana de Lemos e Faria de Vasconcelos, entre outros (Nóvoa, 2003).

Como director da Biblioteca e Museu do Ensino Primário, competia a Adolfo Lima:

“Assistir às sessões da secção do ensino primário do Conselho Superior da Instrução Pública, quando sejam tratados assuntos que respeitem ao estabelecimento que dirige ...
Orientar as aquisições e organizar as colecções do estabelecimento a seu cargo ...
Promover a melhor utilização da Biblioteca e do Museu, de acordo com a Direcção Geral”³

O pensamento pedagógico de Adolfo Lima contemplava já uma ideia precisa sobre o papel e funcionamento de uma biblioteca e museu pedagógico, que ultrapassava largamente as meras funções burocráticas e instrumentais que os textos legais lhe cometiam no exercício das funções iniciadas em 1933. Na sua obra *Metodologia* (1932), A. Lima afirmava:

“*Museus pedagógicos*, próprios das escolas profissionais dos diversos magistérios, compostos de exemplares dos variados materiais didácticos, e dos vários instrumentos auxiliares do ensino: carteiras, ardósias, mapas, livros didácticos, etc. ...

³ Decreto n.º 22369, de 30 de Março de 1933 ...

Em quasi todos os países em que a educação merece o devido carinho, encontram-se as necessárias instituições académicas destinadas a acompanhar o progresso das ciências pedagógicas e a prestar informações e auxílio a todos os estudiosos que careçam de ser esclarecidos, orientados nas suas dúvidas ou investigações de carácter pedagógico, quer no que respeita à vida escolar, quer extra, circum e post-escolar.

São os *museus pedagógicos* que correspondem, geralmente, a esta necessidade, não se limitando a sua acção a ser, apenas, uma instituição anexa a uma escola do magistério e só a ela e aos seus alunos servindo. A sua acção sai fora da ambiência meramente escolar de um estabelecimento de ensino normalista; ela exerce-se sobre todo o organismo educativo de uma nação e presta serviços a todo o professorado de todos os graus.

Na maioria dos países, esta instituição pedagógica é de natureza oficial e sustentada pelo Estado. (...)

Um *museu pedagógico* não é nem deve ser, apenas, um simples *depósito*, mais ou menos arrumado, ou uma *exposição* permanente de objectos raros de vários sistemas educativos e do material didáctico; deve, antes, constituir: a) Um centro de informações de toda a espécie de assuntos pedagógicos em todas as actividades docentes de todos os graus e especialidades académicas e de educação social. b) Um centro propulsor do desenvolvimento e aperfeiçoamento das ciências e métodos da Educação.” (pp. 118-119).

Seguindo a concepção de Adolfo Lima, a Biblioteca-Museu era verdadeiramente um museu pedagógico e ele desenvolveu uma notável actividade para o valorizar e para transformar esta instituição num centro de formação e investigação, com um importante papel de difusão da cultura pedagógica:

“com carácter dinâmico, em que se sinta o que deve ser a vida escolar, funcional, activa (...) vou pôr em prática e organizar a Biblioteca e Museu (...) de acordo com o que escrevi nos meus livros, que correspondem às necessidades do ensino português e são um produto da experiência e do estudo do problema educativo, não só mundial, mas também nacional.”⁴

As suas concepções sobre o papel dos museus pedagógicos e das bibliotecas constituíam um desenvolvimento e estavam de acordo com as ideias anteriormente defendidas por Adolfo Coelho, cuja acção, aliás, ele admirava. Mas as concepções de Adolfo Lima devem também ser integradas no pensamento produzido no contexto da intensa colaboração que manteve com os outros pedagogos da Educação Nova, em Portugal, e com os mentores das Escolas Novas, em especial com Adolphe Ferrière, como o atestam as cartas trocadas entre ambos.

Adolfo Lima havia delineado a organização de um museu pedagógico na sua obra *Metodologia*, dividida em dois volumes (1921-1932), considerando a hipótese de existirem dez secções numa instituição dessa natureza: bibliográfica, material didáctico, mobiliário escolar, construções escolares, teatro educativo, animatógrafo, fonográfica, cursos e conferências, informações e consultas, orientação profissional. Ele regista ainda os materiais e as actividades que poderiam corresponder a cada uma dessas secções, numa perspectiva de evidente dinamismo ao serviço da educação, do ensino e dos professores. Passados treze anos, o pragmatismo da função directiva que ocupava, leva-o a considerar positiva a existência de algumas secções, com os seus documentos e materiais, na Biblioteca e Museu do Ensino Primário, tecendo considerações acerca dos materiais e fundos bibliográficos existentes, das formas para a sua divulgação e de como deviam ser utilizados. Então, já existiam as seguintes secções na Biblioteca-Museu: higiene escolar, educação infantil, educação elementar primária, literatura infantil, professor primário, arquivo e biblioteca, com revistas então publicadas, muitas delas de pedagogia e editadas no estrangeiro, como refere na carta a A. Ferrière.

⁴ Carta de Adolfo Lima a Adolphe Ferrière, datada de 22 de Janeiro de 1934.

A nomeação de Adolfo Lima para o cargo de Director da Biblioteca - Museu do Ensino Primário tem levantado algumas questões, dado que ela foi efectuada pelo poder político salazarista. Claramente, ele não se enquadrava no universo ideológico e político do regime, como a sua prisão em 1927 havia demonstrado. Assim, a designação para a direcção daquela instituição surgia como uma aparente tentativa de o reformar antecipadamente. No entanto, a obra de Adolfo Lima foi notável, tentando concretizar os objectivos que ele próprio tinha definido para uma instituição daquela natureza. Além do apetrechamento e organização dos fundos bibliográficos e museológicos, organizou várias iniciativas, de entre as quais se destacam a exposição sobre métodos e processos de ensino ligados ao movimento da Escola Nova e um cadastro fotográfico das escolas primárias portuguesas, constituído por cerca de 700 imagens (Nóvoa, 1987, pp. 579-584).

Cansado e desiludido, Adolfo Lima abandonou as suas funções em 1942. Como director da instituição, pelo período de nove anos, a Biblioteca – Museu do Ensino Primário conheceu o seu período mais significativo.

4. A presença de obras brasileiras e o seu significado

As obras brasileiras que integram os fundos da Biblioteca Museu do Ensino Primário apresentam uma diversidade assinalável de autores e de editoras, sobressaindo, relativamente às editoras, a Companhia Editora Nacional e a Companhia Melhoramentos, ambas de S. Paulo. De entre os autores, destacam-se os manuais de pedagogia e didáctica de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Afrânio Peixoto, mas também os de Theobaldo Miranda Santos, A. M. Aguayo, Luiz Alves de Mattos e Emídeo G. Nérici.

Esta presença revela a produção de um pensamento pedagógico e a circulação de saberes no espaço lusobrasileiro, por via dos materiais impressos, mas também modalidades de apropriação e (re)interpretação que possibilitaram a construção de culturas profissionais. Simultaneamente, estabeleceu-se uma rede de comunicação entre as comunidades dos dois países. Os livros brasileiros desta biblioteca revelam também a dimensão que atingiram as estratégias editoriais de pedagogos e editoras brasileiras, que encontraram no campo educacional português alguns profissionais sequiosos de leituras, preferencialmente na sua própria língua e que lhes permitissem alargar e consolidar a sua formação profissional. Com um mercado interno restrito e sujeito a um forte mecanismo de censura, os portugueses reconheceram nas obras brasileiras as referências culturais e profissionais que necessitavam.

Alguns segmentos de interpretação sobressaem, relativamente a este recorte de livros brasileiros. A primeira constatação conduz-nos a uma confirmação: estamos perante um conjunto de manuais constituído, na sua maioria, por obras que se inserem no campo da Educação Nova e a sua presença nesta biblioteca estatal consolida a ideia de que este modelo pedagógico constituiu uma referência para a construção da cultura profissional que os pedagogos portugueses foram elaborando. Esta mesma presença remete-nos para a importância da produção editorial brasileira neste domínio, a qual obedeceu a uma estratégia de difusão impulsionada, em grande parte, pela realidade educativa brasileira.

As principais figuras dessa geração de educadores brasileiros foram Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo (o primeiro grupo de autores indicado), que lideraram o movimento de renovação educacional, no país e assumiram sólidas posições nas décadas seguintes como homens públicos de largo trânsito na esfera social e cultural do Estado. Nessa posição, eles fortaleceram organizações capazes de assegurar seu poder de influência; ocuparam importantes postos no aparelho estatal; e consolidaram posições na grande imprensa e no mercado editorial como autores, tradutores, editores e organizadores de coleções pedagógicas (Carvalho, 2005). Os livros brasileiros que existem na Biblioteca e Museu do Ensino Primário são objectos materiais da estratégia dessa geração de pedagogos que liderou a educação brasileira durante décadas e fez do impresso (nas suas várias modalidades) um instrumento fundamental para a difusão do modelo pedagógica da Escola Nova.

Mas é o segundo grupo de autores que mais interessa para a linha de raciocínio que se vem desenvolvendo. Entre eles, sobressaem Theobaldo Miranda Santos, Luiz Alves de Mattos e Emídeo G. Nérici, pelas características específicas que apresentam as suas obras. Estas foram marcadas pela influência que receberam do catolicismo, cujos princípios enquadram muitas das propostas por eles

apresentadas e que expressam o intenso combate pelo domínio do campo educativo e pela formulação de um discurso pedagógico, elaborado a partir de uma leitura católica dos princípios da Educação Nova (Carvalho, 2001), como foi o caso evidente de Theobaldo Miranda dos Santos. O perfil apresentado por estes autores é semelhante. Eles foram, no Brasil, professores no ensino superior e normal e a sua produção de manuais de pedagogia foi marcada pela racionalização do trabalho docente: desenvolvimento de técnicas de ensino, planificação e utilização de novos instrumentos pedagógicos. Aliás, a obra de A. M. Aguayo servia os mesmos objectivos e adaptava-se a uma interpretação análoga.

Este último grupo de autores não integra os nomes mais significativos do movimento pedagógico brasileiro escolanovista. Contudo, eles pertencem ao campo editorial inicialmente configurado sob orientação destes – na direcção de colecções, prefácios, traduções e notas das suas obras surgem os nomes de Paulo Maranhão, J. B. Damasco Penna e António d’Ávila, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Luiz Damasco Penna. A circulação destes materiais impressos, entre o Brasil e Portugal, permitiu a apropriação dos discursos pedagógicos de que eles eram portadores, pondo à disposição dos leitores portugueses uma panóplia de modelos, de sistemas, de regras, de temas, de objectos e de objectivos que foram incorporados na sua cultura profissional, nos seus textos, nos seus saberes escolares e nas suas práticas docentes.

A Biblioteca-Museu do Ensino Primário integrou, nos seus fundos, obras de autores dos dois grupos. Certamente que a orientação seguida por Adolfo Lima o aproximava mais das posições iniciais de um grupo que se reclamava de ideias e práticas renovadoras, isto é, de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira ou Afrânio Peixoto, independentemente de divergências pontuais de opinião, da necessidade de salvaguardar as distâncias de geração e de filiação cultural e pedagógica, assim como o itinerário que cada um seguiu. No entanto, a presença do grupo de autores que se reclamavam de uma leitura católica da Educação Nova não é menos significativa – não sendo os mais conhecidos, nem constituindo referências como os anteriormente mencionados, eles desempenharam um papel fundamental na difusão das ideias pedagógicas que lhe eram caras e que, no caso português, dominaram o panorama pedagógico e de formação de professores, de forma óbvia, a partir dos anos trinta e quarenta. O modelo de leitura católica da Educação Nova venceria e exerceu o seu domínio no campo educativo.

Esta conclusão é reforçada pela forte presença dos mesmos autores católicos e dos seus manuais numa biblioteca pedagógica particular, anteriormente estudada (Mogarro, 2006). O professor que formou essa biblioteca apresenta evidentes marcas de leitura nos manuais, que lhe pertenceram, de Theobaldo Miranda Santos, Aguayo, Nérici e Luiz Alves de Mattos. Tendo sido autor de manuais de didáctica, nos anos sessenta, efectuou a translação de ideias que trabalhou nesses manuais para os seus próprios textos, numa demonstração do processo de (re)interpretação da cultura pedagógica. Por isso encontramos aspectos comuns nestes autores brasileiros de manuais e nos textos de autoria do professor português Manuel Pestana: leitura católica do modelo pedagógico escolanovista, tecnicismo didáctico (ou didactismo técnico), concepção do professor como referência social e cultural, normatividade social, separação entre a dimensão política e o discurso educativo (mesmo que estivessem individualmente envolvidos em actividades de natureza política). No fundo, era a adaptação possível da Educação Nova às características do regime político em vigor, seleccionando os aspectos que podiam ser articulados com os valores da ideologia oficial salazarista, sem que esta os considerasse subversivos. Outro aspecto que sobressai, é o facto da biblioteca particular deste professor, por ele formada a partir da década de quarenta, possuir grande parte dos livros brasileiros que estavam na Biblioteca - Museu do Ensino Primário, o que confirma um processo de comunicação em rede e a circulação de informação entre os professores portugueses, à época.

Referências:

- Bourdieu, P. (1991). Le champ littéraire. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 89, pp. 4-46.
 Bourdieu, P. (1997). *Razões práticas – sobre a teoria da acção*. Lisboa: Celta.
 Candeias, A., Nóvoa, A., Figueira, M.H. (1995). *Sobre a Educação Nova: cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*. Lisboa: Educa.

- Carvalho, M. (2001). A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In D. Vidal & M. L. Hilsdorf. *Tópicos em História da Educação*. S. Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de S. Paulo.
- Carvalho, M. (2001). *A Escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de S. Francisco.
- Carvalho, M. (2005). School and modernity representations as pedagogical models: a study on their circulation and usages in Brazil (1889-1940). *Paedagogica Historica*, 41 (1 & 2), 259-273 [Special issue on *School and modernity: Knowledges, Institutions and Practices.*].
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano. 1. Artes do fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Chartier, R. (1988). *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- Chartier, R. (1989). Le monde comme représentation. *Annales ESC*, novembro-décembre, n.º 6, pp. 1505-1520.
- Chartier, R. (1994). *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. Brasília: UnB.
- Chartier, R. (1994). *L'histoire aujourd'hui: doutes, défis, propositions*. Valência: Universitat de València & Asociación Vasca de Semiótica.
- Foucault, M. (2002). *O que é um autor ?* Lisboa: Vega.
- Lima, A. (1921-1932). *Metodologia – I e II*. Lisboa: Livraria Féria.
- Menezes, M. C. (org.) (2004). *Educação, Memória e História: possibilidades, leituras*. Campinas: Editora Mercado de Letras.
- Mogarro, M. J. (1998). A formação de professores durante o Estado Novo – do enquadramento legal à vida escolar. In J. Magalhães (org.). *Fazer e ensinar história da educação em Portugal*. Actas do 2.º Encontro de História da Educação. Braga: Universidade do Minho, pp. 287-310.
- Mogarro, M. J. (2001). *A formação de professores no Portugal contemporâneo – a Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Tese de doutoramento. Cáceres: Universidade da Extremadura.
- Mogarro, M. J. (2002). O lugar dos museus nas correntes pedagógicas em Portugal – uma perspectiva histórica. *Revista Ícone Educação* – v. 8 – n.º 1 e 2 – Jan./Dez., pp. 183-192.
- Mogarro, M. J. (2003). Os museus pedagógicos em Portugal: história e actualidade. In V. Peña Saavedra (coord.). *I Foro Ibérico de Museísmo Pedagógico – O Museísmo Pedagógico en España e Portugal: itinerarios, experiencias e perspectivas*. Actas 2001 (pp. 85-114). Santiago de Compostela: Mupega – Museu Pedagógico da Galicia.
- Mogarro, M. J. (2003a). Teachers and their discourses: Problems of circulation and appropriation of pedagogic and cultural models. *International Standing Conference for the History of Education – XXV ISCHE – School and modernity. Knowledges, Institutions and Practices*. S. Paulo (Brasil), 16-19 Julho 2003.
- Mogarro, M. J. (2004). Os professores e as suas imagens: a profissão docente em Portugal nos anos sessenta. In M. C Menezes (org.). *Educação, Memória e História: possibilidades, leituras*. Campinas: Editora Mercado de Letras, pp. 451-471.
- Mogarro, M. J. (2006). Bibliotecas particulares e saberes pedagógicos: circulação e apropriação de modelos culturais. In J. Pintassilgo, M. C. Freitas, M. J. Mogarro & M. M. C. Carvalho (Org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais* (pp. 233-257). Lisboa: Colibri / Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Nóvoa, A. (1987). *Le Temps des Professeurs - Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 vols.
- Nóvoa, A. (1997). La nouvelle histoire américaine de l'éducation. *Histoire de l'Éducation*, Paris, INRP, n.º 73, pp. 3-48.
- Nóvoa, A. (1998). *Histoire & Comparaison (Essais sur l'Éducation)*. Lisboa: Educa.
- Nóvoa, A. (1998). História da Educação: novos sentidos, velhos problemas. In J. Magalhães (org.). *Fazer e ensinar história da educação em Portugal*. Actas do 2.º Encontro de História da Educação. Braga: Universidade do Minho, pp. 35-54.
- Nóvoa, A. (dir.) (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições ASA.
- Nóvoa, A.; Schriewer, J. (eds.) (2000). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa.
- Pinheiro, J. E. Moreirinhas (1990). *Do ensino normal na cidade de Lisboa (1860-1960)*. Lisboa: Porto Editora.